

Revista de Guimarães

Publicação da Sociedade Martins Sarmiento

ACTA DA REUNIÃO DA ASSEMBLEIA GERAL DA SOCIEDADE MARTINS SARMENTO EM 22 DE FEVEREIRO DE 1985.

CONCEIÇÃO, Fernando Dias de Carvalho, et al.

Ano: 1984 | Número: 94

Como citar este documento:

CONCEIÇÃO, Fernando Dias de Carvalho, et al., Acta da Reunião da Assembleia Geral da Sociedade Martins Sarmiento em 22 de Fevereiro de 1985. *Revista de Guimarães*, 94 Jan.-Dez. 1984, p. 525-528.

Casa de Sarmiento
Centro de Estudos do Património
Universidade do Minho

Largo Martins Sarmiento, 51
4800-432 Guimarães

E-mail: geral@csarmiento.uminho.pt

URL: www.csarmiento.uminho.pt



Este trabalho está licenciado com uma Licença Creative Commons
Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 Internacional.

<https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/>

**ACTA DA REUNIÃO DA ASSEMBLEIA GERAL
DA SOCIEDADE MARTINS SARMENTO
EM 22 DE FEVEREIRO DE 1985**

Aos vinte e dois de Fevereiro de mil novecentos e oitenta e cinco, pelas dezoito e trinta horas, reuniram-se em segunda convocação, — por na primeira não ter comparecido o número indispensável — os sócios em Assembleia Geral Ordinária da Sociedade Martins Sarmento, expressamente convocada para discussão e aprovação das contas de gerência da Sociedade respeitantes ao ano findo de mil novecentos e oitenta e quatro, conforme determina os Estatutos, sendo a convocação feita através de avisos publicados nos jornais desta cidade.

Assumiu a presidência o Senhor Doutor Fernando Dias de Carvalho Conceição, secretariado pelo Senhor Doutor Raul Rocha e Abreu e pelo Senhor José Guimarães, designado «ad hoc» para o exercício das funções por virtude da ausência do secretário Escultor David Fernando Seara de Sá.

Aberta a sessão o Senhor Presidente leu a acta redigida no dia designado pela primeira convocatória, ou seja no dia quinze de Fevereiro de mil novecentos e oitenta e cinco, dando conta que naquele dia e hora, não compareceu o número de sócios estatutariamente suficientes, pelo que a próxima sessão seria para o dia vinte e dois de Fevereiro do mesmo ano.

Seguidamente, o Senhor Presidente referiu que a Sessão se destinava à apreciação das contas do exercício de mil novecentos e oitenta e quatro e anunciava aos circunstantes a inscrição para os que quisessem fazer uso da palavra, no período de antes da ordem do dia.

O Engenheiro Helder Rocha, no uso da palavra fez referências a um assunto importante que foi a exposição industrial de mil oitocentos e oitenta e quatro lamentando a sua não comemoração pela Sociedade Martins Sarmento. Seguiu-se no uso da palavra o Senhor Doutor Santos Simões que se referiu à participação da Sociedade na Comemoração do primeiro Centenário da Escola Francisco de Holanda, na qual se fez representar e ainda no uso da palavra referiu-se à controvérsia sobre a iluminação da Citânia de Briteiros chamando a atenção para a necessidade de a Direcção acompanhar de perto essa situação, pois a Citânia não deverá ser iluminada de qualquer maneira. Pedia, sobre esse assunto, um esclarecimento à Direcção.

Foi dada a palavra ao presidente da Direcção Senhor Engenheiro Gomes Alves que disse ter a Sociedade Martins Sarmento colaborado na Comemoração do Centenário da Escola Francisco de Holanda e propôs que se fizesse uma exposição na Sociedade Martins Sarmento com material existente na Escola, isto na linha de continuidade de colaboração.

Sobre a Citânia disse que a Direcção tem tido um cuidado muito especial no sentido de proceder à sua limpeza, a obras na casa do Guarda, a obras de vedação do monumento funerário. Disse ainda que a Citânia tem tido um grande incremento com a visita de turistas.

No que diz respeito à iluminação, disse que o grande obstáculo é a falta de energia e de água. Todos os anos tem a Sociedade solicitado à Câmara Municipal a fim de a dotar de energia e água mas até hoje ainda não se fez nada.

O Presidente da Direcção chamou a atenção da Assembleia para a situação da Casa de Martins Sarmento, no Largo do Carmo, na qual estão instaladas várias associações. No seu entender, a função condigna do edificio, depois das necessárias obras de adaptação e beneficiação, deveria ser a de Arquivo Municipal, presentemente muito mal instalado.

O Senhor Presidente iniciou o debate sobre o assunto da ordem do dia: exame e apreciação das contas de gerência do ano findo.

Sobre este assunto ouviram-se algumas considerações através do Senhor Director da Sociedade. No capítulo de receitas, constituiu-se uma verba importante que foi o juro do depósito a prazo, que no ano transacto atingiu cerca de setecentos e sessenta contos; a verba de postais ilustrados da quantia de cento e cinco contos; verba de publicações do montante de duzentos e dezassete contos; a verba de entradas na Citânia de cento e noventa e sete contos, Museu cinquenta e sete contos e a comparticipação do Estado do montante de mil e quinhentos contos e um subsídio do Senhor Governador Civil de Braga.

Quanto à despesa, disse que a Sociedade esteve eivada dum certo receio na angariação das receitas para cobrir as despesas. Neste sentido procurou-se aumentar as receitas e restringir as despesas, não obstante a manutenção das despesas normais com o pessoal, Revista, energia, água, telefone e outras, bem como as actividades culturais. Mesmo assim houve um saldo positivo de cerca de mil contos.

Acabada a exposição foi aberta a inscrição para mais alguém se pronunciar sobre o assunto.

Pediu a palavra o Senhor Doutor Santos Simões que analisou a conta da Revista cuja despesa é de oitocentos e sessenta contos quando a receita é de trezentos e sessenta e seis contos, havendo assim um desiquilíbrio diferencial bastante acentuado.

Porém o consócio Francisco Guimarães referiu que o desiquilíbrio não é tão grande visto que os sócios recebem a Revista pelo preço de trezentos escudos o exemplar, quando o seu custo por unidade é de oitocentos escudos.

O Senhor Doutor Santos Simões concluiu dizendo que se haveria de repensar que a Direcção concedesse a impressão da Revista noutra editora, pois o custo é alto em termos monetários por não ter contrapartida.

Pedi esclarecimento quanto às despesas com as actividades culturais, pois lhe parecia estranho que uma só custasse setenta e um contos e todas as outras fossem realizadas com um dispêndio de quarenta e dois contos. Por outro lado, considerou de boa política financeira a medida cautelar de constituir um saldo e de pôr parte dele a prazo. Entendia, no entanto, que o subsídio do Estado deveria ser orientado para despesas com a Cítania e com a Casa de Sarmento, perto da mesma.

Falou ainda na necessidade de restauração da Casa de Martins Sarmento para efeito de estabelecer o Museu Monográfico e estabelecer condições de receber estagiantes para proceder a escavações.

O Director da Sociedade Martins Sarmento declarou que o problema da Revista é muito complexo. Começou por dizer que há uma grande dificuldade em estabelecer uma relação entre colaboradores e ele Director, uma vez que a sua compilação é feita parcialmente. Mas nada de pessimismo, declarou, pois fazer uma Revista com a qualidade que possui é animador dado que ela se esgota inteiramente. Por outro lado a política de preço barato para os sócios é uma regalia. E demais a troca da Revista é benéfica para a Sociedade porque recebe mais em obras literárias do que aquilo que dá em troca. Estas trocas, de enorme interesse, são uma grande contrapartida, não contabilizada.

Quanto ao Museu Monográfico o Senhor Presidente da Direcção acha preocupante o aproveitamento da Casa de Martins Sarmento. E pergunta: quem vai financiar a obra de restauro que fica por umas dezenas de milhares de contos? No entanto disse, se a Câmara não deita a mão será a ruína total.

Dando-se por concluída a discussão o Senhor Presidente submeteu à votação a aprovação das contas as quais foram aprovadas por todos os sócios presentes com uma abstenção.

Seguidamente o Senhor Presidente leu o parecer do Conselho Fiscal, que posto à discussão e votação, foi aprovado por unanimidade.

No final pediu a palavra o Senhor Doutor Fernando Alberto, Presidente do referido Conselho Fiscal dizendo que com apreensão, pensa que o Estado possa vir a retirar o subsídio estabelecido, facto que redundaria num «deficit» insolúvel. É que se no apuramento das contas se verifica um saldo positivo, pode o Estado por esse facto retirar a participação. E sendo assim, havendo um corte, como poderá amanhã a Sociedade funcionar? O Senhor Presidente da Direcção no uso da palavra, disse que nós temos um Museu e estamos a exercer uma função moral, espiritual e sobretudo cultural, prestamos um serviço ao país, ao Estado e por isso o Estado tem de pagar um subsídio, se quer ver mantido este Museu em funcionamento. Se o Estado acabar com o subsídio, este Museu terá que fechar, em prejuízo da cultura do país.

O Senhor Presidente deu por concluída a discussão e aprovação das contas e declarou que a acta alusiva aos assuntos tratados deverá ser redigida e aprovada nesta sessão pelo que os sócios teriam de esperar pela sua elaboração. O Doutor Fernando Alberto pediu a palavra para dizer que a Assembleia confiava inteiramente na Mesa para a elaboração e aprovação da acta. Posta à votação, esta proposta foi aprovada com um voto contra. O Doutor Santos Simões justificou o seu voto contra afirmando que, por princípio, considerava que a Assembleia deveria aprovar a minuta da acta, elaborada pela Mesa.

E para constar se lavrou esta acta que vai ser assinada.

Fernando Dias de Carvalho Conceição
Raul Rocha e Abreu
José Guimarães